

Editorial

O volume quinto, número dois do ano de 2011 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: Dispensa de Homologação da Sentença Estrangeira e a Mera Necessidade de Delibação; Sentido Filosófico dos Direitos Humanos em *Hannah Arendt* Trabalho e Obra em “*A Condição Humana*”; Isenções Heterônomas e Tratados Internacionais em Matéria Tributária; Os Aspectos Relevantes do Instituto do Cheque; Direitos Sucessórios e a Legitimidade Ativa do Cônjuge Sobrevivente na Falência do Espólio; O Título de Crédito Eletrônico no Código Civil e a Duplicata Escritural; A Proteção Integral do Menor e a Interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente; e A Proteção Integral do Menor: do Pátrio Poder ao Poder Familiar e a Influência do Direito Internacional.

No primeiro texto a *Dra. Claudete Aparecida Bastos Lage*, nossa convidada apresenta um estudo sobre a homologação de sentenças estrangeiras pelo ordenamento jurídico brasileiro. Diz a autora que a legislação vigente subordina a sua eficácia no país a um ato formal de reconhecimento praticado por órgão judiciário nacional, atualmente o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, i, da CF). Salaria que o artigo 15 da LICC prevê que as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado das pessoas estariam dispensadas dessa formalidade. O art. 105, I, i, da CF e o art. 483 do CPC, todavia, não fizeram tal distinção, de forma que, independentemente do conteúdo, todas estariam sujeitas a homologação pelo STJ. Conclui afirmando que a doutrina e a jurisprudência são divididas sobre essa matéria.

O segundo texto Sentido Filosófico dos Direitos Humanos em *Hannah Arendt* Trabalho e Obra em “*A Condição Humana*”, de autoria do Prof. *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* aborda um tema desafiador e tem por objetivo examinar os conceitos de *trabalho* e *obra* no pensamento de *Hannah Arendt* transcritos no livro *A Condição Humana*.

No terceiro artigo a *Dra. Greiciane de Oliveira Sanches* trata sobre Isenções Heterônomas e Tratados Internacionais em Matéria Tributária, dizendo que o trabalho teve por escopo sopesar a questão da possibilidade de se instituir isenções a tributos estaduais e municipais por meio de tratados internacionais, tomando por base o regramento constitucional brasileiro e conceitos basilares do direito internacional e do direito tributário, utilizando-se, para tanto, da análise da doutrina e do posicionamento dos tribunais pátrios a respeito.

Na seqüência a *Dra. Kelsilene Cristine Abrantes Pires Beserra*, sob a orientação da *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta Os Aspectos Relevantes do Instituto do Cheque, um estudo sobre as espécies de cheques existentes, as formas de endosso e aval e a inexistência de aceite no título. Para finalizar, faz uma breve análise da existência do cheque pré-datado no comércio e verifica que, apesar de não estar ainda regulamentado em lei, a jurisprudência e os doutrinadores aceitam de forma majoritária sua existência.

A *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta o artigo intitulado Direitos Sucessórios e a Legitimidade Ativa do Cônjuge Sobrevivente na Falência do Espólio. O objetivo da pesquisa foi um estudo sobre os direitos sucessórios e a legitimidade ativa na falência do espólio. De acordo com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 pode ser declarada a falência do espólio do devedor empresário. Diz a professora que não se trata de falência do morto, mas dos bens por ele deixados. Salieta que a falência do espólio, como dispõe o art. 96, § 1º, da Lei de Falências, deve ser requerida no prazo decadencial de um ano da morte do devedor, seja pelo credor, pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros ou inventariante.

No próximo artigo a *Profa. Maria Bernadete Miranda* nos brinda com o tema O Título de Crédito Eletrônico no Código Civil e a Duplicata Escritural, contendo o enunciado nº 461 que foi por ela apresentado, discutido e aprovado na V Jornada de Direito Civil, no Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em Brasília nos dias 8,9 e 10 de novembro de 2011.

O Prof. *Moacyr Pereira Mendes*, nosso convidado especial apresenta dois artigos, sendo o primeiro A Proteção Integral do Menor e a Interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmando que devemos ter em mente a idéia de uma lei extremamente dinâmica, onde a letra fria deve ser substituída pela análise individual de cada caso concreto. Diz o autor que o legislador

pretendeu, de forma ousada, criar condições para que o aplicador do direito não ficasse preso ao rigor literário da lei, mas, ao contrário, que pudesse agir, em cada caso concreto, de acordo com a melhor conveniência para os interesses da Criança e do Adolescente. No segundo artigo intitulado A Proteção Integral do Menor: do Pátrio Poder ao Poder Familiar e a Influência do Direito Internacional o autor fala que a proteção dos menores está intimamente ligada ao que se denomina hoje poder familiar, uma vez que sua evolução histórica refletiu na doutrina da proteção integral. Salienta que, quando falamos em proteção integral, constatamos a responsabilidade direta dos pais, através do poder familiar, o qual, no decorrer da história, foi sendo modificado, visando, abarcar não apenas deveres, como no passado, mas, sim, uma série de direitos dos menores, todos necessários para que a proteção integral possa ser atingida em sua plenitude.

As Palestras proferidas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aulas, sobre diversos temas. Dentre eles, vale destacar Contrato de Prestação de Serviços; Contrato Individual de Trabalho; Imposto sobre a Renda; Norma Jurídica Tributária – Regra Matriz de Incidência; Tributos e Arrendamento Mercantil – Leasing.

Além dos artigos e palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Profª Maria Bernadete Miranda*, tais como: *As Maiores Joint Ventures no Brasil*; *Marketing – Publicidade e Oferta* e *O Monopólio e o Oligopólio*.

Uma entrevista abordando o tema A Faculdade e a Preparação para o Mercado de Trabalho, feita pela *Profa. Maria Bernadete Miranda* com o *Dr. Alexandre Ogusuku*, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na cidade de Sorocaba finaliza esta edição onde o renomado professor da Universidade de Sorocaba nos deixa o seguinte conselho: *“O Direito é tradicional. Portanto, no mínimo, é necessário ler e compreender a bibliografia básica do curso. Aqueles que lerem os tomos tradicionais dos principais ramos do Direito, seguramente, ingressarão nas variadas atividades profissionais do Direito. Nessa quadra, a juventude vai perdendo o gosto pela leitura dos longos e densos textos jurídicos. É necessário ler obras qualificadas, portanto, obras clássicas”*.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da

graduação e da pós-graduação que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Profª Msc.Maria Bernadete Miranda